A Trama da Dominação e da Resistência na Tecelagem dos Conflitos de Classe

GUSTAVO LINS RIBEIRO
Universidade de Brasília

Existem vários estilos de escrever sobre uma obra. Contudo, possivelmente são dois os parâmetros mais comuns e que, com maior ou menor intensidade, se interpenetram de acordo com a autoria: aquele do elogio ilimitado, em contraposição àquele da crítica ferrenha. No texto que se segue, tentei escapar destes extremos, procurando ao mesmo tempo reconhecer as contribuições e a complexidade de *A tecelagem dos conflitos de classe**, tanto quanto apontar para caminhos que aparentemente poderiam enriquecer mais ainda as discussões de José Sérgio Leite Lopes.

Imobilização da força de trabalho e o sistema fábrica/vila operária

Mais uma vez, Leite Lopes nos conduz pelos caminhos detalhados de uma etnografia rigorosa e minuciosa neste seu último livro, resultante de tese de doutoramento apresentada ao Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Já com *O vapor do diabo* (1976), sua tese de mestrado para a mesma instituição, Leite Lopes havia marcado claramente seu lugar como teórico e esmerado etnógrafo da vida industrial. *O vapor do diabo* foi recebido como obra de antropólogo maduro do qual, com certeza, novas e importantes contribuições viriam. Estava claro um estilo onde as filigranas etnográficas dialogavam inseparavelmente com uma sólida visão teórica.

Com efeito, no prosseguir de sua carreira, José Sérgio continuou trabalhando sobre o operariado no Nordeste brasileiro, especificamente em Pernambuco. Em 1979, Leite Lopes enveredou por uma trilha que conduziria aos

* LEITE LOPES, José Sérgio. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés.* São Paulo/Brasília: Marco Zero/Editora Universidade de Brasília, 1988, 623 p.

seus trabalhos subseqüentes e que terminou por desembocar em *A tecelagem dos conflitos de classe.* No percurso, José Sérgio ao mesmo tempo que adquiriu uma erudição indiscutível sobre a literatura relativa ao estudo da classe operária, em especial no que diz respeito à chamada "questão da habitação", nos brindou com uma sofisticada contribuição para o entendimento das formas de *imobilização da força de trabalho* através da confecção e exploração sistemática da noção de *sistema fábrica–vila operária* (Leite Lopes, 1979).

O estudo da 'imobilização da força de trabalho' é relevante não apenas para aqueles cientistas sociais que se preocupam com o surgimento das formas de exploração típicas do capitalismo. Num plano mais genérico, a imobilização da força de trabalho pode ser relacionada com a necessária sedentarização de populações humanas para o desempenho de atividades estáveis e sustentadas no tempo em lugares determinados. Aqui, a 'imobilização' claramente se contrapõe à existência de populações nômades com suas lógicas internas pertinentes seja à apropriação de recursos naturais em diferentes ecossistemas, seja à mediatização, via comércio, de diferentes sistemas econômicos[1]. A 'imobilização' também se contrapõe à existência de populações sedentárias, porém não vinculadas a sistemas integrados de mercado. Entretanto, uma especificidade da sedentarização e concentração populacional promovida pelo capitalismo é a criação de um proletariado vinculado à indústria.

Num sentido amplo, a discussão sobre 'imobilização da força de trabalho' pode ser entendida, por um lado, como um subcampo da vasta literatura sobre processos migratórios – em especial no que diz respeito à proletarização e criação de *sistemas de trabalho migrante* (a este respeito veja-se Burawoy, 1976; Balán, 1980) – e, por outro lado, como parte da literatura sobre subordinação e disciplinarização da força de trabalho vinculada a sistemas industriais. Em Leite Lopes, estas questões são ricamente consideradas, ao mesmo tempo

1. Isto não quer dizer que economias como a capitalista, por exemplo, não tenham espaço para populações nômades subordinadas claramente aos seus interesses como aquelas chamadas por Marx de "proletariado nômade", de "infantaria ligeira do capital", ou ainda de "coluna móvel da pestilência", ao referir-se a trabalhadores vinculados a grandes projetos realizados no século XIX (sobretudo ferrovias). A este respeito veja-se Leite Lopes (1988) "Anexo 1". Em meu trabalho sobre a Hidrelétrica Binacional de Yacyretá (Ribeiro, 1988), obra em execução sobre o rio Paraná na fronteira da Argentina com o Paraguai, para interpretar um caso do que pode ser designado genericamente de "nomadismo industrial", elaborei a concepção de "circuito migratório dos grandes projetos" para dar conta da existência de trabalhadores migrantes, os *bichos-de-obra,* associados à execução destes empreendimentos.

em que se vê a possibilidade de explorar o potencial desta discussão para se entender o surgimento de sistemas regionais.

A noção central que propicia a consideração da complexidade de todas estas questões é aquela de *sistema fábrica com vila operária*. A criação de uma vila operária anexa a uma grande unidade produtiva industrial, localizada em área 'isolada' ou rural, é uma solução clássica para a criação de uma força de trabalho disciplinada e permanentemente vinculada às necessidades produtivas de uma fábrica. No entanto, a vila operária promove não apenas o estabelecimento da relação capitalista/proletário, mas também uma forma de subordinação específica onde os interesses da esfera produtiva invadem claramente todas as outras esferas da vida cotidiana do trabalhador, submetendo a ele e a seu grupo doméstico, através da moradia, às necessidades da fábrica (Leite Lopes, 1979). Além disto, com a persistência do sistema, a vila operária tende ao 'transbordamento' – pelo surgimento de uma população prestadora de serviços e um amplo mercado de trabalho – transformando-se progressivamente em núcleo urbano. Daí o impacto do sistema fábrica/vila operária na criação de sistemas regionais específicos.

A imobilização da força de trabalho através da moradia está também presente, seja temporária ou permanentemente, na mineração, na indústria da construção civil (grandes projetos de infra-estrutura) e petrolífera. Todas estas atividades têm impactos evidentes na criação de núcleos urbanos e sistemas regionais, como o que acontece, por exemplo, com a formação dos sistemas regionais do Texas, nos Estados Unidos, da Patagônia, na Argentina, quando se trata da indústria petrolífera, e da Amazônia, no Brasil, quando se trata de grandes projetos. As célebres *company towns* – outra forma clássica de imobilização da força de trabalho – foram em grande medida responsáveis pela criação de vários sistemas regionais nos Estados Unidos[2].

O exemplo detalhadamente estudado por Leite Lopes é a relação mantida entre uma grande indústria têxtil – a Companhia de Tecidos Paulista (CTP) – e a sua vila operária que acaba por se transformar na cidade de Paulista, parte, hoje, da área metropolitana de Recife, Pernambuco. O trabalho de José Sérgio Leite Lopes permite uma leitura multifacetada com incursões e implicações diversas em diferentes temáticas. O autor representa na atualidade referência obrigatória dentro de um subcampo da antropologia que na América Latina vem sendo rotulado de antropologia da classe operária e que nos Estados Unidos se

2. A este respeito ver, por exemplo, Ollen e Ollen (1982), Becker (1986), Rofman (1973) e Allen (1966).

denomina de antropologia do trabalho. Não sem razão, sua obra tem servido de fonte de inspiração dentro e fora do Brasil[3]. O seu último livro é uma confirmação dessa tendência.

A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés

Na sua última obra, Leite Lopes, através do exame da trajetória da relação entre a Companhia de Tecidos Paulista (CTP) e seu enorme operariado imobilizado através da moradia, um 'caso particular do possível', mostra tanto o auge de um sistema fábrica/vila operária com suas contradições internas quanto seu declínio causado pelos conflitos internos à elite pernambucana, pelas lutas sindicais do operariado e pelo transbordamento do sistema num distrito industrial do grande Recife. Dificilmente poderia haver um caso mais exemplar do que o de Paulista. De fato, a CTP, uma das maiores indústrias do setor têxtil brasileiro, era proprietária de uma vasta área de Pernambuco que a partir do núcleo fábrica/vila operária se transformaria em município com sede 'encravada' num território privado, onde a companhia desempenhava seu 'governo local de fato'.

Em *A tecelagem dos conflitos de classe* o objetivo de Leite Lopes é:

> estudar, através da análise detalhada de um grupo operário determinado, submetido a relações de dominação peculiares, um *padrão mais geral, uma forma de dominação específica, a das fábricas com vila operária.* Mais ainda, pretende-se empreender o estudo detalhado da constituição, diante dessa forma de dominação, da *identidade própria de um grupo operário determinado,* a partir do qual pode-se levar adiante comparações, através de regularidades e de discrepâncias especificadoras, com a experiência de outros grupos operários brasileiros ou de diferentes países (:15, grifos meus).

Baseado em análise de material jornalístico, discursos de informantes, relatórios anuais da CTP e atas de Sindicato, Leite Lopes cobre minuciosamente um vasto período histórico – das primeiras décadas do século até o presente (a pesquisa foi desenvolvida entre 1976 e 1983). No decorrer da sua análise, perscruta desde as formas mais capilares de subordinação da força de trabalho, típicas do "tempo do trabalho para todos", aos conflitos "intraburgueses" da indústria têxtil nacional, passando pelas contradições conjunturais entre o poder

3. Nas minhas pesquisas (Ribeiro, 1980, 1988) o trabalho de Leite Lopes foi central para compreender a relação acampamento/grande projeto (altamente análoga àquela entre fábrica e vila operária) e para a discussão sobre o "circuito migratório dos grandes projetos". Federico Neiburg (1988), utilizando-se da noção de sistema fábrica/vila operária, estudou, na Argentina, a relação entre uma grande indústria de cimento e sua vila operária.

político estadual (durante a Revolução de 30, por exemplo) e os poderosos Lundgren, família de origem sueca proprietária da Companhia e senhora do "feudo" de Paulista (no jargão da imprensa comunista pernambucana). Assim, vemos desde o exercício clientelístico do poder durante a época do coronel Frederico Lundgren (que morreu em 1946) até a crescente politização da luta operária através do sindicato, sobretudo em conjunturas específicas no pós-guerra, e em greves durante a década de 50 e no começo dos anos 60. Nesta trajetória, é interessante notar a mudança das alianças políticas dos operários: dos políticos vinculados à Revolução de Trinta, Agamenon Magalhães, por exemplo, ao PSD, PCB (mais acentuadamente na década de 40) e a entidades católicas como a Liga Operária Católica, LOC (em especial nos fins da década de 50 e começos da década de 60).

Nessa análise paradigmática da evolução de um sistema fábrica/vila operária, as transformações se sucedem e são interpretadas ora conectadas a fatores endógenos, ora a fatores exógenos, numa clara demonstração de que, no estudo da mudança social, o poder explicativo da antropologia reside fortemente na compreensão do jogo permanente entre a realidade local e a supralocal.

Assim, somos introduzidos no "tempo do trabalho para todos", período idealizado do passado dessa população operária que coincide com o auge do sistema Paulista, quando a administração autárquica dos recursos materiais e humanos era exercida em sua plenitude. De fato, o que dizer de uma época onde grande parte dos membros dos grupos domésticos operários que residiam nas casas da CTP trabalhava para a companhia, ao mesmo tempo que tinha acesso a uma pequena roça, a uma feira administrada e com preços controlados pela CTP, auxílio funerário, lenha, água, eletricidade, até tecidos para os períodos de luto e de alegria como durante o carnaval? Além disto, o coronel Frederico Lundgren, um dos proprietários da companhia, exercia o seu controle sobre o operariado através de uma fórmula – alquimia de patrimonialismo, clientelismo e concepções gerencialistas utópico-burguesas – que até o presente lhe vale referências positivas por parte dos trabalhadores.

Paralelamente, a CTP mantinha o seu corpo de vigias, sua milícia interna, arbitrária e violenta. Os trabalhadores eram aliciados e recrutados por seus agentes no 'interior', passavam por rituais de 'teatralização da dominação' comandados pessoalmente pelo coronel Lundgren (que de sua 'casa-grande' distribuía benesses e punições), e eram encaminhados no sentido de se tornarem trabalhadores modelares que viviam em casas da companhia, orgulhosa de suas residências higiênicas.

De fato, o sistema fábrica/vila operária atuando em sua plenitude é uma forma de dominação pertencente ao passado de Paulista e vista como legítima por parte dos informantes de José Sérgio, em contraste com um presente ilegítimo. Esta é uma das questões centrais para o autor que procura solucionar este aparente dilema – um passado onde a subordinação era maior, mas que é avaliado positivamente – para compreender a 'idealização do passado' e a 'incorporação da dominação'.

Incorporando a dominação e idealizando o passado

A idealização do passado e a incorporação de uma forma de dominação específica formam o eixo central do 'Livro I' de *A tecelagem dos conflitos de classe*[4]. Sem dúvida, aqui se encontram os melhores momentos do livro como um todo, talvez porque José Sérgio – apesar de manter o seu inconfundível estilo etnográfico minucioso – lide mais freqüentemente com categorizações elaboradas para sintetizar e interpretar seus dados. Com efeito, além da análise de uma trajetória exemplar de um sistema fábrica/vila operária, algo que ao nível teórico já havia sido resolvido, em boa medida, num trabalho anterior (Leite Lopes, 1979), o leitor encontrará discussões sobre a "cultura fabril" (noção inspirada nos trabalhos de Willis, 1978, 1981), a "teatralização da dominação" (seguindo concepção de E. P. Thompson, 1976) e, na esteira de Michel Foucault (1975), a incipiente construção de uma noção que valeria maior aprofundamento: a "microfísica da resistência"[5]. De fato, ao categorizar, o autor explicita as contribuições que vão mais além do 'caso particular do possível'.

No entanto, no que diz respeito à incorporação da dominação, se, por um lado, encontramos uma fonte de riqueza interpretativa, por outro, defrontamo-nos com um aspecto central de uma polêmica contemporânea. Leite Lopes, justamente por sua esmerada historiografia etnográfica, descreve uma realidade mais complexa do que sugere a discussão sobre incorporação da dominação. Com efeito, o que está em jogo aqui são visões clássicas do marxismo – ao

4. *A tecelagem dos conflitos de classe* está dividido em dois livros num mesmo tomo. O 'Livro I' denomina-se *O "sistema Paulista": a especificidade de uma forma de dominação do padrão "fábrica com vila operária"*. O 'Livro II' chama-se *As contradições do "sistema Paulista"*.

5. Estas discussões são parte do capítulo 2: "O 'Tempo do trabalho para todos do Coronel Frederico' e a constituição de uma 'Cultura fabril' pelos operários". Veja em especial p. 80 e seguintes. Retomarei adiante a questão de como seria positivo o aprofundamento destas categorizações.

qual *José Sérgio francamente se filia sendo, sem dúvida, um dos seus maiores* intérpretes na antropologia brasileira – a respeito da alienação, da "falsa consciência" e do lugar histórico do proletariado enquanto força política transformadora da realidade social. Como explicar que uma população em processo de "obreirização" (como diz o autor) assuma um lugar subordinado na hierarquia social e no futuro avalie seu passado como melhor do que o presente? Esta questão, diga-se de passagem, aponta para uma discussão recorrente na antropologia que – ousemos – é, em menor ou maior medida, penetrada pelo modelo romântico que identifica formas não-capitalistas com formas mais humanas[6].

Explorar mais intensamente perspectivas como a weberiana que aponta para o incremento de "racionalidade" nas formas de dominação (Weber, 1977:170-241) poderia enriquecer a interpretação do caso de Paulista. A passagem de uma dominação tradicional para uma outra legal-burocrática, com a incorporação progressiva de modelos 'técnico-científicos' de gerenciamento da força de trabalho, implica, necessariamente, num rearranjo das percepções que os agentes sociais possuem da legitimidade das relações de trabalho. Sem dúvida, recorrer a concepções abrangentes como "idealização do passado" não soluciona a questão, já que a idealização parece ser não somente uma forma de incorporação da dominação, mas também um discurso sobre o passado para mudar as condições do presente. Leite Lopes está ciente da complexidade desta questão com a qual seu livro dialoga em diferentes momentos:

> ...é fundamentalmente sobre este período [os anos 30 e 40] que incide a referência e a 'idealização do passado' dos trabalhadores, é lá que está situada a interiorização da dominação – dominação interiorizada esta que é utilizada para ilegitimar os aspectos assumidos pela dominação em períodos subseqüentes. Aqui aparecem, por sinal, *as características paradoxais* desta dominação interiorizada, que se solidifica e se consolida como interiorização em período posterior à vigência desta modalidade específica de dominação, elaborando-se por comparação, contraste e oposição a novas modalidades assumidas por uma dominação mais permanente. Assim, a partir do início dos anos 50, configura-se claramente para os diferentes grupos sociais de Paulista o fim do modelo do 'trabalho para todos': o desmantelamento deste modelo é um objetivo colocado pela CTP como meta para os anos seguintes, enquanto que para os operários inicia-se um processo de ilegitimação da dominação... (:280, grifos meus).

---

6. Veja-se a este respeito, por exemplo, o livro de Michael Taussig (1980), e os argumentos de Daniel Gross (1983) sobre a idealização operada por Taussig em relação à dominação Inca contraposta à dominação capitalista. Por outro lado, Maurice Godelier (1977) mostra como formas de dominação relativas a um "modo de produção" diferente podem ser utilizadas funcionalmente em outros contextos sóciopolítico-econômicos e culturais.

O "tempo do trabalho para todos", definido parcialmente em contraste com a incerteza de empregos no mercado de trabalho presente, não apenas se confunde com o auge do sistema Paulista e sua administração autárquica de recursos materiais e humanos, mas também com a atuação visível – e destacada por José Sérgio – do coronel Frederico Lundgren frente às relações de trabalho na fábrica e frente à distribuição dos recursos extra processo-produtivo relativos à vida na vila operária. A natureza da relação próxima patrão/operariado, assim como sua eficácia – seja mediatizada pela "teatralização da dominação", relações patrão–cliente ou manipulação populista – não pode ser de todo compreendida se abordada como "paternalismo da companhia" (Tilly, 1985).

Esta discussão é central para se entender certas formas de gerenciamento da força de trabalho passadas ou presentes. Algumas pesquisas sobre a classe operária freqüentemente se surpreendem com tratamentos 'paternalistas', inclusive por parte de empresas com concepções administrativas modernas implementadas por sofisticados departamentos de pessoal[7]. Atribuir a uma pragmática administrativo-sociológica, ou de inspiração político-econômica, todas as características e eficácias de formas de dominação (que, em última instância, redundariam numa identificável contabilidade da exploração da força de trabalho), *pode implicar um afastamento de áreas onde a antropologia tem trabalhado* produtivamente: aquela do entendimento das redes de relações sociais e de suas possíveis manipulações em contextos sociais diferentes, tanto quanto aquela do entendimento dos fatos sociais como totalidades que podem ser guiadas por uma ou outra determinante maior, mas cujos poros são preenchidos por uma série de conteúdos não necessariamente ligados à pragmática do controle e da exploração.

Nesta discussão sobre dominação estamos, ao mesmo tempo, explorando terreno semelhante àquele relativo ao que se entende por resistência, concep-

---

7. A atuação do ator social que detém o poder na relação deve ser sempre considerada. Frederico Lundgren, por exemplo, tinha suas próprias características de personalidade ao exercer um papel próximo ao operariado de Paulista. Seu irmão, Arthur Lundgren, não é objeto de "idealização do passado" (:80). O caso da apropriação da imagem de Frederico Lundgren no presente é análogo àquele feito pelo operariado "pioneiro" da construção de Brasília, da figura de Juscelino Kubitschek que visitava o canteiro de obras da construção da nova capital e posava para retratos com picaretas na mão (Ribeiro, 1980). Em pesquisa na Argentina (Ribeiro, 1988), defrontei-me com o tratamento "paternalista" de uma poderosa empreiteira italiana com relação a seus trabalhadores qualificados. Essa empreiteira providenciou espontaneamente o tratamento de coração de um mestre-de-obras, mandando-o para Houston, nos Estados Unidos. Federico Neiburg, em seu estudo de uma grande fábrica de cimento argentina, encontrou o mesmo tipo de atitude (comunicação pessoal).

ção tão abrangente que freqüentemente designa desde comportamentos individuais não-organizados até movimentos com objetivos políticos claramente definidos (a este respeito veja-se Eric Wolf, em Ribeiro, 1985, e Ong, 1987). Noutro viés, também aqui nos aproximamos de *uma das facetas da discussão sobre ideologia* quando, ainda na tradição de considerá-la como forma de ocultamento, se enfatizava exclusivamente seu poder de subordinar os agentes sociais a interesses que não lhes pertenciam. No entanto, a posição mais avançada parece ser aquela que considera que "as ideologias não apenas subordinam as pessoas a uma ordem dada. Elas também as qualificam para a ação social consciente, incluindo ações de mudança gradual ou revolucionária". Além disto, sugere-se ser "mais acurado e frutífero ver as ideologias não como propriedades, como idéias possuídas, mas como *processos sociais*" (Therborn, 1980:vii, grifos no original).

A rápida menção à questão da resistência e da ideologia era necessária para considerar que 'dominação' não pode ser vista apenas de maneira totalizante, nem tampouco como via de mão única, pois que os sistemas sociais não necessariamente estão orientados para um único e determinado fim, nem podem ser vividos ou mesmo 'manipulados' numa única direção. Se assim fosse, as formas de dominação seriam de eficácia perfeita e perdurariam a despeito de suas contradições e das lutas daqueles que a elas se encontram subordinados. Evidentemente, este tipo de colocação não implica desconhecer a assimetria de poder existente em diversos tipos de relações sociais, em especial naquela historicamente construída entre o proletariado e os capitalistas. Ao contrário, na esteira da própria complexidade da trajetória do sistema Paulista descrita brilhantemente por José Sérgio, procura-se discutir uma concepção que dê conta dos contextos, conjunturas e atores sociais diferenciados através dos quais as relações de poder são exercidas.

Um aspecto da descrição da trajetória do sistema Paulista é ilustrativo das contradições que nos preocupam. Como parte da administração autárquica do seu território com fábrica e vila operária, a CTP fornecia água e energia em sua propriedade. Essa distribuição refletia a hierarquia da fábrica assim como relações clientelistas internas ao sistema fábrica/vila operária. No decorrer de greves nos anos 50, como a de setembro de 1952 e a de agosto de 1956, quando o poder do 'governo local de fato' da CTP tinha sido diminuído pelo sindicalismo atuante e pela presença de um poder público estadual e municipal, a distribuição de água e energia, ainda controlada pela companhia, foi cortada pelos trabalhadores grevistas:

> Sem luz e água, todas as atividades da cidade param com a greve (...). O Comendador Arthur Lundgren em pessoa comparece ao sindicato dos operários para pedir ao presidente Birino que, em nome do fornecimento de água para a maternidade da CTP, providenciasse a volta do funcionamento da usina elétrica. (...) A visita ao sindicato – esta entidade tão combatida desde 1932, e formalmente desconhecida pela CTP, quando não se acha sob estrita intervenção ministerial – do Comendador Arthur, em carne e osso, este patrão não tão dotado de talento quanto seu falecido irmão Frederico, no trato com os operários, investe-se assim numa teatralização do enfraquecimento da dominação. O inesperado da inversão do privilégio na vila operária decorrente do corte de luz e água aos *chalets* dos gerentes e chefes e à *casa-grande* dos patrões, assim como a negativa sindical personalizada ao pedido patronal, parecem atrair a simpatia da população local (Leite Lopes, 1988:408, 409, grifos no original. Veja também : 423).

Olhar para as relações de dominação como *processo social* e como algo que "subordina" e "qualifica" (para nos apropriarmos metaforicamente da citação de Therborn) de acordo com os contextos e as relações de força, permitiria evadir o buraco negro da questão da idealização do passado e o da 'incorporação da dominação' como algo onde os interesses do operariado desaparecem sob o manto de fetiches manipulados pelo patrão. Sem dúvida, um importante fator em jogo é o acesso diferenciado ao poder. É claro que o 'patrão' parte de uma posição vantajosa por ser manipulador dos meios de produção, enquanto que o operariado tem que se transformar em coletivo político para contrabalançar o poder patronal em contextos em sua maioria marcados por alianças as mais diversas, sejam estas realizadas internamente ao bloco dos 'patrões' e seus gerentes, sejam realizadas externamente com diferentes forças políticas, inclusive aquelas cooptadas por vários meios dentro do próprio operariado. As alianças operárias tampouco são estáticas e unívocas – como o trabalho de Leite Lopes deixa tão claro ao mostrar as mudanças de interlocutores e aliados dos sindicalistas de Paulista – variando entre vínculos com comunistas, pessedistas e Igreja Católica, de acordo com a conjuntura.

Cotidiano, microfísica da resistência e cultura fabril

Não há dúvida de que o cotidiano dos trabalhadores e suas lutas são exaustivamente considerados em *A tecelagem dos conflitos de classe*. Contudo, fica-nos o desejo de ver categorias como 'cultura fabril' e, especialmente, 'microfísica da resistência', mais exploradas e ampliadas em seu poder heurístico. Talvez assim fôssemos conduzidos a contribuições teóricas que, além de explicitamente transcenderem o caso do sistema Paulista, serviriam de fio condutor para o entendimento das mudanças das respostas operárias às condi-

ções e relações de trabalho, e para o entendimento dos reflexos dos cambiantes contextos sociológicos e políticos sobre a 'cultura' do operariado. José Sérgio menciona brevemente os autores Willis e Foucault que inspiram sua (re)apropriação criativa das categorias mencionadas, apostando nas entrelinhas do seu próprio texto e das fontes utilizadas na sua interpretação. 'Microfísica da resistência' apontaria para formas de sociabilidade próprias a uma 'cultura fabril' (*shop-floor culture,* na terminologia de Willis), construídas e recriadas pelos próprios operários dentro do cotidiano fabril, em contraposição à organização hierárquica e disciplinar definida pelos controladores da produção:

> A convivência da fábrica com a rebeldia à fábrica, com a não adequação e a não interiorização imediata das regras do jogo fabril pelos trabalhadores... criavam condições para uma "microfísica da resistência" que se exerce desde a reação e a respostas ao despotismo da hierarquia da administração fabril, até a reinterpretação e reambientação criativas das duras condições de trabalho na fábrica (:81).

É na dialética da incorporação da disciplina fabril e suas ideologias associadas *versus* as formas de sociabilidade construídas nos poros da subordinação ao trabalho da fábrica que se expressam as contradições não apenas discursivas mas também políticas entre patrões e operários. O choque das concepções de trabalho e de 'economia moral' que têm operários e patrões passa a ser radicalizado com a introdução de novas ideologias gerencialistas que, com sua racionalidade, cortam a legitimidade do sistema Paulista e embarcam num projeto de 'modernização' onde os aspectos visivelmente clientelistas das relações de trabalho passam a ter seu espaço cada vez mais diminuído:

> Arma-se assim, no início dos anos 50, um confronto entre a *companhia* por um lado e os operários por outro, em torno de diferentes concepções de trabalho e de organização da produção: à 'cultura fabril' dos operários ... favorecida e apoiada na própria 'moral do trabalho', produzida e inculcada pela *companhia* e reinterpretada pelos produtores diretos no interior da fábrica, opõe-se uma reorientação 'gerencialista' da CTP no sentido de uma reorganização do processo produtivo, implicando a expulsão da força de trabalho e o aumento da intensidade de seu uso remanescente (:280).

Como indica José Sérgio, neste movimento, um alvo da nova perspectiva da CTP é a "cultura fabril dos trabalhadores comuns" e não o sindicato (:282, 286). Possivelmente, então, privilegiar como foco a *cultura fabril* e a *microfísica da resistência* consolidaria definitivamente a perspectiva dos 'trabalhadores comuns' como ponto de elaboração da análise, atenuando a necessidade de trazer para o primeiro plano tão destacadamente a interpretação dos interlocutores/representantes clássicos do operariado, como os operários militantes, os

sindicatos, partidos políticos e instituições como a Igreja Católica. A relação operariado/seus representantes poderia, desta forma, ser problematizada e sua variabilidade, por exemplo, constituída em objeto de análise.

Identidade, interlocutores e segmentação étnica

Evidentemente, a consideração das visões dos interlocutores/representantes do operariado, além de necessária, casa-se com o interesse de Leite Lopes de estudar a identidade do grupo operário, já que elas são centrais para compreender a constituição do operariado do sistema Paulista. Neste sentido, também seria interessante contar – sobretudo na análise do 'tempo de trabalho para todos' – com uma abordagem mais diferenciada da visão do mundo da elite da CTP, especialmente dos seus proprietários, os Lundgren, e das suas diferentes concepções de administração da força de trabalho e do processo produtivo (inclusive formas utópicas de gerenciamento). A investigação das redes sociais, alianças e concepções desta família de migrantes europeus que montou um dos mais poderosos impérios da indústria têxtil brasileira poderia – além de contribuir para o campo, crescente na literatura internacional, do estudo antropológico de elites – elucidar e iluminar uma série de características do sistema Paulista, especialmente quando capitaneado pelo coronel Frederico Lundgren. José Sérgio faz menções a "utopias burguesas" (:131-132). Poder traçar conexões dos Lundgren com teorias sobre administração da força de trabalho em voga na Europa resultaria, potencialmente, em entender a gênese do sistema Paulista dentro de um campo definido pela migração de modelos de gerenciamento que terminam por resultar em formas híbridas 'adaptadas' às realidades locais[8]. Além disto, poderia resultar numa maior compreensão desta forma de dominação específica, pois que, para entender o exercício da dominação, a perspectiva do dominador é tão importante quanto a do dominado.

Leite Lopes mostra-nos com clareza as contradições existentes internamente à elite pernambucana vinculada à indústria têxtil, tanto quanto os conflitos 'intraburgueses' entre a CTP e indústrias do Sul do Brasil. No entanto, sobre as relações dos Lundgren com o sistema mundial, são feitas apenas alusões a

8. Evidentemente que, apesar de não explorar mais detalhadamente esta vertente, José Sérgio, por sua familiaridade com a literatura e por sua própria produção sobre imobilização da força de trabalho, a considera explicitamente: "A fábrica com vila operária ela própria, forma recorrente de industrialização na época, [é] legitimada por sua experiência internacional que acompanha o próprio processo histórico de industrialização aureolada por projetos e experiências que a naturalizam como uma utopia burguesa consagrada..." (:141).

comentários durante a Segunda Guerra Mundial de que os Lundgren teriam alianças com a Alemanha nazista (:473). Estamos aqui diante do que talvez seja algo mais geral em termos de abordagens antropológicas no Brasil: a não consideração das relações existentes entre as dinâmicas nacionais e as internacionais. O fato mesmo de se tratar de uma família estrangeira já nos leva a pensar em possíveis relações entre uma elite (burguesia) regional nordestina e frações da burguesia industrial internacional.

Está claro que o fato de os capitalistas de Paulista serem de origem européia não era irrelevante. Em vários momentos, há indicações da importância da questão étnica tanto no cotidiano de Paulista quanto durante períodos de conflito. Não apenas os proprietários da CTP eram de origem estrangeira, mas também parte considerável dos seus gerentes que gozavam de privilégios. Em Paulista (que, segundo os dados do Censo de 1940, era a maior concentração de alemães em Pernambuco, logo após Recife, cf.: 473), a presença de estrangeiros informou a construção de discursos políticos operários e não-operários, sobretudo, como seria de se esperar, em contextos associados a argumentos nacionalistas:

> ...Paulista nunca deixou de ser uma espécie de feudo ou feitoria de dois ou três dinamarqueses, que exploravam o trabalhador brasileiro como o senhor medieval explorava o servo da gleba, ou o colono luso, o índio e o negro africano (Leite Lopes, 1988:212, citando Pimenta, 1949).
>
> Trabalhamos só para enriquecer os Lundgren e engordar os alemães que elles mandam buscar na Europa, ganhando às nossas custas num dia, o que não ganhamos numa semana! (*Norte Proletário*, 2/2/1932, citado por Leite Lopes, 1988:219).

Em diversos conflitos, a questão étnica é envolvida, sendo os "estrangeiros" alvo da ação operária com invasão de residências e ameaças de agressões físicas (:241, 244, 245):

> Coisa gozada aconteceu quando os operários saíram em passeata da fábrica para o sindicato à procura do Presidente [do sindicato]. No caminho, encontraram um alemão. Prendemos o cabra, e as mulheres diziam 'dá nele que este é um dos que dirigem a exploração dos operários'. (...) Ele tremia, e dizia que não tinha a ver com a fábrica, mas com o Clube de Tênis. Foi solto (Carta de José Alves, *Folha do Povo*, 13/1/1952), citada por Leite Lopes, 1988:391)[9].

Aqui, recorrer à noção de "segmentação étnica" do mercado de trabalho (Wolf, 1982), permitiria cruzar identidade étnica com o poder diferenciado advindo de posições hierárquicas internas à fábrica. A exemplo do que ocorre em

9. Para outras passagens envolvendo 'brasileiros' *versus* 'estrangeiros' veja: 348, 358.

situações encontráveis em grandes projetos (Ribeiro, 1988), a pequena quantidade de estrangeiros presentes num determinado mercado de trabalho adquire alta importância sociológica quando comparada com o poder por eles exercido enquanto planejadores e controladores da produção.

Declínio do sistema Paulista

É no 'Livro II', *As contradições do sistema Paulista,* que vemos o sistema em processo de transformação/declínio, até chegar o momento em que o poder da fábrica encarnado na manipulação autárquica dos seus bens, em especial da vila operária, acaba por ser radicalmente modificado. Isto ocorre no bojo de mudanças sociológicas diversas que incluem um projeto de 'modernização' poupador de mão-de-obra formulado pela CTP já no final da década de 40, mas que só encontra o meio mais propício para se desenvolver no contexto da repressão ao sindicalismo atuante e das políticas de incentivos desenvolvimentistas desencadeadas pela Sudene no período após o Golpe de 64. No contexto autoritário do regime militar, trava-se uma 'luta contra os operários estabilizados' na qual, apesar desta categoria ser alvo preferencial da 'modernização poupadora de mão-de-obra', vários deles acabam por ganhar suas indenizações na Justiça do Trabalho. Muitos dos 'estabilizados' recebem moradias na vila operária como forma de indenização. É a pá-de-cal no sistema Paulista. Em 1976-1977, metade da vila era de propriedade dos operários (:120). Além disto, o próprio transbordamento do sistema fábrica/vila operária transforma Paulista em um distrito industrial incapaz de ser controlado autarquicamente por uma só companhia. Este processo é exposto por Leite Lopes na descrição da luta pela "libertação da cidade" travada por segmentos operários e da elite política pernambucana no sentido da criação de uma cidade livre do poder dos Lundgren.

A análise de Leite Lopes provê uma compreensão exaustiva sobre o conflito de classes, o cotidiano e formas associativas dos trabalhadores têxteis e sobre a repressão de que eles foram alvo, tanto por parte da administração da companhia – especialmente via seu corpo de vigias e manipulação da vila operária – quanto por parte do Estado. Dificilmente podemos contar, em outros trabalhos sobre o operariado brasileiro, com uma análise e uma descrição tão exemplares quanto a realizada por Leite Lopes[10].

10. Na trilha do já indicado por outro comentador de *A tecelagem dos conflitos de classe* (Lima, 1989:85-86), pode-se considerar que a erudição e o detalhamento do autor não seriam em nada prejudicados caso o livro tivesse sofrido uma revisão que certamente diminuiria redundâncias desnecessárias.

A riqueza do trabalho de José Sérgio não se exaure aí, mas difunde-se por diversos tópicos. Seu livro é também uma história político-econômica da indústria têxtil, assim como expressa numa empresa da magnitude da Companhia de Tecidos Paulista. Através da consideração permanente da relação elite pernambucana/poder nacional, o leitor tem igualmente acesso a uma história regional ou a uma análise da economia política de segmentos sociais do Estado de Pernambuco. Tem-se conhecimento, por exemplo, de importantes facetas da história da Revolução de 30 naquele Estado nordestino e dos rearranjos das relações de classe por ela provocados, o mesmo acontecendo com respeito ao Golpe de 64. Ao mesmo tempo que somos claramente informados dos conflitos entre as indústrias têxteis do Sul e aquelas do Nordeste, o somos quanto à atuação do PCB e da Ação Católica em Pernambuco. Não resta dúvida de que, com o seu último livro, José Sérgio Leite Lopes, mais uma vez, trouxe à luz a trama da vida social, tornando-se, ele mesmo, e à maneira típica do antropólogo, também um tecelão.

BIBLIOGRAFIA

ALLEN, James B. 1966. *The Company Town in the American West*. Norman: University of Oklahoma Press.

BALAN, Jorge. 1980. Migraciones Temporárias y Mercado de Trabajo Rural en América Latina. *Estudios Cedes* 3 (3). Buenos Aires.

BECKER, Bertha. 1986. Signification Actuelle de la Frontière: Une Interprétation Géopolitique à partir du Cas de l'Amazonie Brésilienne. *Cahiers de Sciences Humaines* 22(3-4): 297-317.

BURAWOY, Michael. 1976. The Functions and Reproduction of Migrant Labor: Comparative Material from Southern Africa and the United States. *American Journal of Sociology* 5: 1050-1087.

FOUCAULT, Michel. *Surveiller et Punir. Naissance de la Prison.* Paris: Gallimard.

GOLDELIER, Maurice. 1977. "De la Non Correspondance entre Formes et Contenus des Rapports Sociaux. Nouvelle Reflexion sur l'exemple des Incas". In *Horizons, Trajets Marxistes en Anthropologie.* Paris: François Maspero. pp. 242-257.

GROSS, Daniel R. 1983. Fetishism and Functionalism: the Political Economy of Capitalist Development in Latin America. *Comparative Studies in Society and History* 25: 694-702.

LEITE LOPES, José Sérgio. 1976. *O Vapor do Diabo. O Trabalho dos Operários do Açúcar.* Rio de Janeiro: Paz e Terra.

____________. 1979. Fábrica e Vila Operária: Considerações sobre uma Forma de Servidão Burguesa. In *Mudança Social no Nordeste. A Reprodução da Subordinação* (J. S. Leite Lopes et al.). Rio de Janeiro: Paz e Terra. pp. 41-98.

____________. 1988. *A Tecelagem dos Conflitos de Classe na Cidade das Chaminés.* São Paulo/Brasília: Marco Zero/Editora Universidade de Brasília em co-edição com o MCT/CNPq.

LIMA, Jacob Carlos. 1989. Dominação Fabril e Identidade Operária. *Polftica e Trabalho* 7: 83-86.

NEIBURG, Federico. 1988. *Fábrica y Villa Obrera: Historia Social y Antropologfa de los Obreros del Cemento.* (2 vols.). Buenos Aires: Centro Editor de América Latina. Coleção "Biblioteca Polftica Argentina".

OLIEN, Roger M. & Diana D. OLIEN. 1982. *Oil Booms. Social Change in Five Texas Towns.* Lincoln/Londres: University of Nebraska Press.

ONG, Aiwa. 1987. *Spirits of Resistance and Capitalist Discipline. Factory Women in Malasia.* Nova Iorque: State University of New York Press.

RIBEIRO, Gustavo Lins. 1980. *O Capital da Esperança: Brasflia, um Estudo sobre uma Grande Obra da Construção Civil.* Tese de Mestrado. Universidade de Brasflia.

____________. 1985. Para Uma Antropologia Mundial: Eric Wolf e os "Povos sem História". *Anuário Antropológico/83* :257-269.

____________. 1988. *Developing the Moonland: the Yacyretá Hydroeletric High Dam and Economic Expansion in Argentina.* Tese de Doutorado. City University of New York.

ROFMAN, Alejandro B. & Luís A. ROMERO. 1973. *Sistema Socioeconómico e Estructura Regional en la Argentina.* Buenos Aires: Amorrortu Editores.

TAUSSIG, Michael. 1980. *The Devil and Commodity Fetishism in South America.* Chapel Hill: The University of North Carolina Press.

TILLY, Louise. 1985. Coping with Company Paternalism: Family Strategies of Coal Miners in Nineteenth-Century France. *Theory and Society* 14: 403-417.

THERBORN, Goran. 1980. *The Ideology of Power and the Power of Ideology.* Londres: Verso Editions/New Left Books.

THOMPSON, E. P. 1976. Modes de Domination et Révolutions en Anglaterre. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* 2/3: 133-151.

WEBER, Max. 1977. Los Tipos de Dominación. In *Economía y Sociedad* (3ª edição em espanhol). México: Fondo de Cultura Económica.

WILLIS, Paul. 1978. L'école des ouvriers. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* 24: 50-61.

____________. 1981. *Learning to Labour.* Hampshire: Gover Publishing Co. Ltd.

WOLF, Eric. 1982. *Europe and the People without History.* Berkeley: University of California Press.